

Da Desobjetificação do Discurso: Das Teorias Contemporâneas às Origens Filosóficas da Interpretação

On the De-Objectification of Discourse: From Contemporary Theories to the Philosophical Origins of Interpretation

Thiago Barbosa Soares

Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos

Professor adjunto Universidade Federal do Tocantins

Pesquisador bolsista de produtividade do CNPq

E-mail: thiago.soares@mail.uft.edu.br

Endereço: Thiago Barbosa soares

UFT, localizada na Cidade Universitária, na Quadra 109 Norte. Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 23/11/2025. Última versão
recebida em 28/11/2025. Aprovado em 29/11/2025.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação

RESUMO

O presente artigo defende a tese de que o discurso, antes de ser um objeto disciplinar constituído pelas teorias do século XX, é uma matriz interpretativa cuja genealogia remonta à longa tradição filosófica ocidental. A partir de um movimento triplo, a revisão das derivas da noção de língua, a análise das principais teorias contemporâneas do discurso e a reconstrução das raízes filosóficas da interpretação, argumenta-se que a disciplinarização do discurso apenas formalizou questões já presentes no logos heraclitiano, na dialética platônica, na retórica aristotélica e na hermenêutica moderna. A virada epistemológica que deslocou a língua de espelho ou instrumento para prática histórica e social possibilitou a emergência da Análise do Discurso, da abordagem dialógica bakhtiniana e da arqueogenética foucaultiana. Tais vertentes, embora distintas, compartilham o reconhecimento de que o sentido é sempre histórico, disputado e situado. Ao evidenciar a continuidade histórica entre tradição filosófica e teorias discursivas, o artigo propõe a desobjetificação do discurso, recolocando-o como fenômeno interpretativo universal, e não como criação teórica recente. Por fim, argumenta-se que essa perspectiva histórica é fundamental para enfrentar o atual esgarçamento interpretativo e para sustentar uma ética da compreensão em tempos de proliferação de discursos desinformativos.

Palavras-chave: Discurso. Interpretação. Filosofia da linguagem. Genealogia. Teorias do discurso.

ABSTRACT

This article argues that discourse, rather than being a disciplinary object created by twentieth-century theories, is an interpretive matrix whose genealogy extends back to the long Western philosophical tradition. Through a tripartite movement, revisiting the historical shifts in the concept of language, examining the main contemporary theories of discourse, and reconstructing the philosophical roots of interpretation, the study demonstrates that the formalization of discourse analysis merely systematized issues already present in Heraclitus's logos, Plato's dialectics, Aristotle's rhetoric, and modern hermeneutics. The epistemological shift that redefined language from mirror or instrument to historical and social practice enabled the emergence of Pêcheux's Discourse Analysis, Bakhtin's dialogic theory, and Foucault's archaeogenetics. Despite their differences, these approaches share the assumption that meaning is always historical, contested, and situated. By revealing the historical continuity between philosophical tradition and contemporary discourse theories, the article proposes the de-objectification of discourse, repositioning it as a universal interpretive phenomenon rather than a recent theoretical construction. Finally, it argues that such historical awareness is essential for confronting today's interpretive fragmentation and for grounding an ethics of understanding amid the proliferation of disinformative discourses.

Keywords: Discourse. Interpretation. Philosophy of language. Genealogy. Discourse theories.

1 INTRODUÇÃO

O discurso consolidou-se, ao longo da segunda metade do século XX, como um dos mais densos e abrangentes objetos das ciências humanas, especialmente após sua sistematização por diferentes vertentes teórico-metodológicas. No entanto, a multiplicidade de aparatos analíticos contemporâneos tende a objetificá-lo como entidade disciplinar, obscurecendo o fato de que o discurso, antes de sua codificação por teorias específicas, é fundamentalmente interpretação. Este artigo defende, portanto, a tese de que é possível desobjetificar o discurso, retornando às suas bases filosóficas e mostrando que os princípios que sustentam as teorias do discurso já se encontravam, em germe, na longa tradição da reflexão sobre o *logos*. Assim, antes de ser um objeto disciplinar, o discurso é um modo de organizar o mundo, interpretar o real e constituir sentidos.

A compreensão moderna do discurso, tal como formulada por Pêcheux, Bakhtin e Foucault, triângulo conceitual que estrutura grande parte da pesquisa discursiva, contribuiu para delimitar o objeto e garantir rigor metodológico. Contudo, como observa Soares (2022), tais teorias funcionam como “jogos de significados” que fazem a sociedade manifestar-se em suas disputas. Essa observação revela que as teorias do discurso, embora potentes, não criam o discurso, mas apenas o circunscrevem. É justamente essa circunscrição que este artigo busca problematizar: a tentativa de explicar o discurso exclusivamente por suas manifestações disciplinares, ignorando sua longa genealogia interpretativa.

Assim, o que se propõe aqui não é apenas uma revisão histórica, mas uma inflexão epistemológica de alcance profundo: deslocar o discurso de sua condição de objeto estável, delimitado e, por vezes, aprisionado pelas lentes teóricas do século XX, para recolocá-lo em seu lugar originário de força interpretativa transdisciplinar. Trata-se de reconhecê-lo não como um artefato analítico entre outros, mas como uma dinâmica constitutiva do pensamento, uma potência de significação que precede e excede os quadros metodológicos que buscaram capturá-lo. Esta reposição conceitual permite compreender o discurso como uma corrente subterrânea que atravessa regimes epistêmicos distintos, adaptando-se e recombinando-se sem perder sua vocação fundamental de organizar o real. Desse modo, ele se revela capaz de sobreviver à própria disciplinarização que tentou circunscrevê-lo, reemergindo, em cada novo contexto teórico ou histórico, como ferramenta indispensável para interrogar os limites do dizível, os jogos de poder e as próprias condições de produção do sentido.

Quando Pêcheux (2010) define o discurso como “efeito de sentido entre os pontos A e B”, ele não apenas inaugura uma perspectiva materialista da linguagem, mas retoma, em



chave marxista e estrutural, o antigo problema filosófico da mediação entre pensamento e mundo. De modo semelhante, quando Bakhtin (2011) afirma que todo enunciado é histórico e situado, recupera a noção dialógica do *logos* já esboçada na filosofia helenística. A concepção foucaultiana de discurso como ‘prática regrada’ (FOUCAULT, 2013, p. 131), por sua vez, reinscreve no campo da episteme moderna o antigo problema aristotélico dos limites do dizer e do pensável. Assim, as três teorias só se tornam plenamente compreensíveis quando recolocadas no horizonte tradicional da interpretação filosófica.

Em tratando-se do discurso por efeito de sentidos, como o definiu Pêcheux (2010), ou por um conjunto de enunciados entronizados por uma formação discursiva, em uma concepção foucaultiana (FOUCAULT, 2013), tem-se um objeto já delineado segundo uma concepção histórica, de multiplicidades de interpretações, a partir de uma perspectiva materialista do discurso, por outro lado, tem-se um objeto circunscrito às relações polivalentes da textualidade, conforme determinantes culturais, políticas econômicas, entre outras, dando-lhe densidade interpretativa. Eis que se encontra a potência de um objeto capaz de costurar ciências, como linguística, psicologia, sociologia, pois, se de um lado ele forceja as condições de sua produção a aparecerem como limitadores históricos do sentido interpretado, por outro lado, encampa um poderoso aparato técnico repleto de difrações conceituais que, se não englobam suas fronteiras, ensejam relações jamais refletidas por si mesmas.

Assim, mais do que mapear escolas discursivas, o presente artigo propõe um movimento de retrospecção que visa compreender como os fundamentos interpretativos que sustentam tais teorias estavam já presentes na filosofia antiga e medieval, ainda que não nomeados como “discurso”. A hipótese é que as teorias contemporâneas apenas radicalizam, formalizam ou reorganizam problemas perpétuos da tradição: a relação entre linguagem e realidade, a construção do sentido, a tensão entre verdade e interpretação. Demonstrar essa continuidade histórica permite desobjetificar o discurso e recolocá-lo como procedimento universal de interpretação, e não como artefato disciplinar recente.

Para cumprir esse objetivo, o artigo organiza-se em três movimentos: (i) revisita as teorias contemporâneas do discurso, destacando como seus principais conceitos reforçam, direta ou indiretamente, a centralidade da interpretação; (ii) analisa as derivações da noção de língua, enfatizando o deslocamento que permitiu à linguagem tornar-se fundamento das teorias discursivas; e (iii) reconstrói as origens filosóficas da interpretação discursiva, mostrando como seus elementos estruturantes permeiam a história das ideias. Tal percurso visa evidenciar que o discurso, antes de ser objeto das teorias que o circunscrevem, é matriz interpretativa que atravessa toda a tradição ocidental.

Em outras palavras, há uma tensão não resolvida, e talvez irresolúvel, entre o discurso como categoria teórica codificada, metodologizada e disciplinada, e o discurso como força interpretativa bruta, pré-teórica e transbordante que excede e desestabiliza qualquer aparato analítico que tente contê-lo. De um lado, a necessidade científica de isolar, definir e operacionalizar o conceito para torná-lo um instrumento de investigação válido e reproduzível; de outro, a natureza mesma do fenômeno discursivo, que é fluido, contextual e inextinguivelmente produtor de novos sentidos, sempre um passo à frente das grades interpretativas que lhe são impostas. Este não é um simples desacordo teórico, mas um hiato constitutivo do campo. É precisamente nesse intervalo, simultaneamente histórico e conceitual, entre a rigidez da ferramenta e a volatilidade do fenômeno, entre a disciplinarização do século XX e a herança filosófica de longa duração, que este artigo busca intervir. Ele não ambiciona solucionar essa tensão, mas sim nela se instalar, para dela extrair a energia necessária para pensar o discurso para além de suas objetificações, reconectando sua potência analítica contemporânea à sua condição originária de motor da interpretação do mundo.

Delineado esse horizonte teórico e explicitada a necessidade de recolocar o discurso em sua genealogia interpretativa, cumpre iniciar o primeiro movimento analítico, voltado à revisão das concepções de língua e ao modo como elas prepararam o terreno epistemológico para o surgimento das teorias contemporâneas do discurso. Trata-se de evidenciar que a disciplinarização do discurso, longe de constituir ruptura súbita, resulta de um longo processo de deslocamentos conceituais que transformaram a própria noção de linguagem.

2 Das Derivações da Língua às Teorias Contemporâneas do Discurso

A compreensão contemporânea do discurso exige recuperar tanto os fundamentos linguísticos que possibilitaram sua formulação enquanto objeto teórico quanto o conjunto de vertentes analíticas que, desde 1969, o instituíram como campo disciplinar. Nesse percurso, a “desobjetificação” do discurso, objetivo basilar deste artigo, implica revisitar o momento fundador da disciplinarização das teorias do discurso, simultaneamente à crítica às concepções tradicionais de língua que limitavam a interpretação ao domínio do espelhamento ou da codificação. Assim, torna-se possível situar a emergência da Análise do Discurso, da Análise Dialógica do Discurso e da Análise Arqueogenética como derivação direta do deslocamento epistemológico que ressignificou a noção de língua, compreendendo-a como prática social, histórica e interacional. Esse deslocamento não apenas redefine a função da

língua nas práticas sociais, como também constitui o ponto de inflexão histórico sem o qual a emergência das teorias do discurso se tornaria inconcebível.

A trajetória que conduz a essa reconfiguração inicia-se pela crítica às visões clássicas da língua. Durante longo período, a linguagem foi concebida como espelho do mundo e do pensamento, entendimento segundo o qual interpretar equivalia a reproduzir simbolicamente uma realidade pretensamente estável (KOCH, 1998). Na sequência, herdou-se e consolidou-se uma perspectiva instrumental segundo a qual a língua funcionaria como um sistema de codificação e decodificação, modelo que pressupõe linearidade e transparência entre emissor e receptor. Marcuschi (2008) localiza historicamente, nesse paradigma, a produção de teorias que tratam o texto como portador de conteúdos objetivos, os quais o leitor apreenderia sem maiores interferências.

A virada decisiva ocorre quando a língua deixa de ser espelho ou instrumento e passa a ser concebida como ação, interação e atividade sociocognitiva. Nessa terceira derivação, radicalizada por Soares (2018; 2023), a linguagem constitui sujeitos, identidades e realidades, de modo que o texto se eleva ao estatuto de evento enunciativo-discursivo, no qual sentidos são coproduzidos e disputados socialmente. É sobre esse novo chão epistemológico que se erguem as teorias contemporâneas do discurso, cada uma delas enfatizando dimensões específicas da relação entre língua, sujeito, história e ideologia. Esse deslocamento constitui, assim, o marco histórico que transforma a linguagem de mero instrumento cognitivo em fundamento epistêmico das teorias discursivas posteriores.

Ignorar essa transformação histórica implica reduzir o discurso a uma técnica de leitura ou a um conjunto de categorias analíticas, apagando sua inserção em processos muito mais amplos de constituição do sentido. Ao recuperar esse percurso, evidencia-se que as teorias contemporâneas não criam o discurso: elas apenas o reenquadram dentro de novos regimes epistemológicos.

A Análise do Discurso de linha pecheutiana emerge na França pós-1968, momento de efervescência política e de renovação teórica. Para Pêcheux (2010), o discurso é “efeito de sentido entre os pontos A e B”, definição que rompe com o modelo comunicacional tradicional e insere a interpretação no jogo das formações ideológicas e das condições de produção. Como explica Soares (2018), o que se produz como X pode ser interpretado como Y, uma vez que a estabilidade dos sentidos é sempre efeito de uma ilusão ideológica. Nessa perspectiva, o sujeito é atravessado por estruturas que o antecedem e se torna efeito do discurso, e não sua origem.

Na vertente dialógica de Bakhtin (2011), a linguagem se realiza em enunciados

concretos, situados em campos específicos da atividade humana. Aqui, o discurso é essencialmente polifônico, marcado pela circulação de múltiplas vozes sociais e pela resposta constante a enunciados anteriores. Como destaca Soares (2022), a discursividade evoca a continuidade do eco das vozes que compõem o espaço coletivo, reforçando o caráter dinâmico e responsivo da linguagem. A noção de gênero discursivo, além disso, situa a produção do sentido na relação indissociável entre forma, função social e interação.

A Análise Arqueogenalógica de Foucault, por sua vez, desloca o foco para as condições de possibilidade dos discursos, suas regras de formação e seus vínculos com regimes de verdade e poder. O discurso é concebido como prática regrada que define o que pode e deve ser dito, determinando historicamente o campo do pensável (FOUCAULT, 2013). Termos como arquivo, acontecimento discursivo e formação discursiva permitem compreender as disjunções e descontinuidades que atravessam a história dos saberes. Como observa Soares (2019), o discurso, para Foucault, é um bem político, objeto de disputa e mecanismo de ordenação do verdadeiro.

Essas três vertentes, articuladas por Soares (2024a), permitem problematizar os limites da interpretação no contexto contemporâneo. A abertura semântica própria às teorias do discurso, indispensável à crítica e à leitura complexa dos fenômenos sociais, também favorece, em seu extremo, o esgarçamento da interpretação, fenômeno que se manifesta com especial intensidade nas fake news, cuja inteligibilidade depende precisamente dessa multiplicidade interpretativa potencializada.

A essa reflexão, acrescenta-se a tese de Soares (2024b) segundo a qual “1969 não terminou”. O ano fundador da Análise do Discurso, marcado pela publicação quase simultânea de *A Arqueologia do Saber* e da *Análise Automática do Discurso*, permanece como acontecimento discursivo que se atualiza a cada mobilização das teorias do discurso. A vitalidade do campo reside justamente nessa atualização permanente, que mantém o discurso como ferramenta indispensável para interpretar fenômenos sociais diversos, sem, contudo, transpor os limites impostos por suas próprias bases epistemológicas.

Em síntese, compreender o discurso requer reconhecer que a língua, antes vista como espelho ou instrumento, é, na verdade, materialidade histórica e prática social constitutiva de sentidos. Seja como efeitos ideológicos de sentido entre posições (AD), como arena de vozes em interação (Bakhtin) ou como conjunto de enunciados regulados por formações discursivas e regimes de verdade (Foucault), o discurso revela-se como instância central das dinâmicas sociais. Como lembra Soares (2019; 2022), sem a língua não haveria interpretação, e é precisamente por meio dela que se analisam as forças antagônicas que constituem o discurso e

seus efeitos sociais. A reflexão aqui desenvolvida dialoga com diferentes sistematizações recentes, particularmente aquelas que problematizam os limites interpretativos das teorias do discurso (SOARES, 2022; 2023; 2024a; 2024b). Resta, contudo, uma questão decisiva: se as teorias contemporâneas apenas reorganizam problemas já presentes na longa tradição do pensamento ocidental, qual é, então, o estatuto filosófico do discurso? A resposta exige recuar para além do século XX e reconstruir a genealogia interpretativa que dá sustentação às noções modernas de sentido, sujeito e linguagem.

3 As Origens Filosóficas da Interpretação Discursiva

Retomar esses autores não significa regressão arqueológica nem exercício de erudição retrospectiva. Trata-se, antes, de explicitar os regimes de inteligibilidade que tornaram possível a própria emergência das teorias do discurso e de demonstrar que seus pressupostos interpretativos são tributários de uma tradição muito anterior. A despeito da aparente novidade das teorias contemporâneas do discurso, seus fundamentos interpretativos encontram-se profundamente enraizados na tradição filosófica ocidental. A tessitura conceitual que sustenta as noções pecheutiana, bakhtiniana e foucaultiana já havia sido, senão totalmente antevista, pelo menos insinuada nos grandes sistemas filosóficos que, desde a Antiguidade, buscaram compreender as relações entre linguagem, pensamento e realidade. A hipótese que aqui se defende é que o *logos* grego, a dialética platônica, a retórica aristotélica e a hermenêutica romântica constituem os alicerces sobre os quais se ergueriam, séculos depois, as teorias do discurso.

Em Heráclito de Éfeso, já se encontra uma primeira intuição discursiva. Seu fragmento B50, “Ouvindo não a mim, mas ao *logos*, é sábio concordar que todas as coisas são um” (HERÁCLITO, 1979, p. 57), antecipa a noção de que o discurso não é propriedade do sujeito, mas instância transcendente que organiza o real. Como observa Cherniss (1977, p. 112), “o *logos* heraclítiano é ao mesmo tempo discurso e razão, estrutura inteligível que permeia o cosmos e se manifesta na linguagem”. Essa concepção pré-socrática ecoa, de modo surpreendente, na definição pecheutiana de discurso como efeito de sentido que transcende as intenções subjetivas.

Em Platão, a dialética emerge como método discursivo por excelência. No *Fedro* (273e), Sócrates afirma que “o discurso deve ser organizado como um ser vivo, com corpo próprio, de modo a não ser acéfalo nem apódio, mas ter partes médias e extremas adequadas umas às outras” (PLATÃO, 1972, p. 89). Essa organicidade do discurso, sua

estruturação interna e sua função persuasiva antecipam em séculos a noção bakhtiniana de gênero discursivo como totalidade significativa orientada à completividade. A própria natureza dialógica dos escritos platônicos, construídos sobre o embate de vozes e perspectivas, constitui um protótipo da polifonia que Bakhtin (2011) identificaria no romance moderno.

Aristóteles, por sua vez, desenvolve na *Retórica* uma teoria discursiva de notável sofisticação. Ao definir a retórica como "capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir" (ARISTÓTELES, 2005, p. 37), o Estagirita estabelece as bases para uma compreensão pragmática da linguagem que antecipa em milênios a virada interacionista. Seus três gêneros de discurso, deliberativo, judicial e epidíctico, prefiguram a noção de formação discursiva foucaultiana, na medida em que delimitam campos de dizer possível segundo funções sociais específicas. Como observa Soares (2023, p. 179), "as condições de produção do discurso, centrais para Pêcheux, já estavam implícitas na análise aristotélica do *kairos*, o momento oportuno para cada tipo de discurso".

A tradição hermenêutica, desde Schleiermacher até Dilthey, completa esse arcabouço filosófico prévio. Schleiermacher (1999, p. 109) define a hermenêutica como "a arte de compreender não apenas as palavras, mas o espírito que as anima", antecipando a noção de que a interpretação transcende a mera decodificação linguística. Dilthey (2000, p. 245), por sua vez, ao distinguir as ciências do espírito das ciências da natureza, estabelece que "a vida só pode ser compreendida pela vida", princípio que ecoa na concepção bakhtiniana de que todo enunciado é expressão de uma posição valorativa no mundo. Como sintetiza Soares (2024a, p. 8), "a hermenêutica filosófica já operava com a noção de que a interpretação é sempre mediação entre horizontes históricos – ideia que Foucault radicalizaria ao falar em descontinuidades epistêmicas".

Esta breve reconstrução histórica permite constatar que as teorias contemporâneas do discurso, longe de constituírem ruptura absoluta com a tradição filosófica, representam antes sua radicalização e sistematização metodológica. O que em Heráclito era intuição do *logos* cósmico, em Pêcheux torna-se teoria materialista dos efeitos de sentido; o que em Platão era dialética entre vozes, em Bakhtin transforma-se em conceito de polifonia; o que em Aristóteles era análise dos gêneros retóricos, em Foucault converte-se em arqueologia das formações discursivas.

Portanto, a desobjetificação do discurso proposta neste artigo revela-se não apenas possível, mas necessária: ao reconhecer suas raízes filosóficas, compreendemos que o discurso não é um objeto criado pelas teorias do século XX, mas uma dimensão constitutiva

do pensamento ocidental que essas teorias simplesmente tornaram explícita e metodologicamente tratável. Como conclui Soares (2022, p. 21), “o discurso é a longa história da interpretação tornando-se consciente de si mesma”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso realizado neste artigo confirma a viabilidade da tese central que orientou esta investigação: a desobjetificação do discurso revela-se não apenas possível, mas academicamente necessária para compreender a plenitude de seu estatuto teórico. Ao demonstrar que os princípios fundamentais que sustentam as teorias contemporâneas do discurso já estavam presentes, em estado germinal, na tradição filosófica ocidental, este artigo contribui para recolocar o discurso em seu lugar próprio: não como objeto disciplinar recente, mas como matriz interpretativa que atravessa toda a história do pensamento.

O recenseamento crítico desenvolvido permitiu constatar três movimentos fundamentais: primeiro, que a transição das concepções de língua como espelho e instrumento para língua como interação criou as condições epistemológicas para o surgimento das teorias do discurso; segundo, que essas teorias, em sua tripla manifestação (pecheutiana, bakhtiniana e foucaultiana), representam radicalizações metodológicas de problemas filosóficos perenes; terceiro, que a longa linhagem do *logos*, da dialética, da retórica e da hermenêutica constitui o solo histórico sobre o qual se erguem as concepções contemporâneas de discurso.

As implicações dessa desobjetificação são profundas para os estudos discursivos. Em primeiro lugar, permitem superar certa tendência à compartmentalização teórica, mostrando que as aparentes divergências entre as diferentes escolas escondem uma unidade profunda de preocupações. Em segundo lugar, oferecem uma perspectiva histórica que relativiza a novidade das teorias contemporâneas, recolocando-as em um diálogo mais amplo com a tradição filosófica. Por fim, como sugere Soares (2024b, p. 288), possibilitam compreender que “1969 não terminou” precisamente porque o acontecimento fundador da Análise do Discurso é, ele mesmo, parte de um acontecimento muito mais amplo: a longa história da interpretação do *logos*.

Em tempos de esgarçamento interpretativo e proliferação de discursos anticientíficos, compreender que o discurso é, antes de tudo, interpretação situada historicamente pode contribuir para uma prática discursiva mais responsável. Se, como demonstrado, toda interpretação é herdeira de uma longa tradição filosófica, tal consciência histórica pode servir como antídoto contra os usos irrefletidos da noção de discurso e como fundamento para uma



ética da interpretação. Afinal, como já ensinava Heráclito (1979, p. 57), “o *logos* é comum, mas a maioria vive como se tivesse uma inteligência particular” (Fragmento B2). Cabe às teorias do discurso, em diálogo com sua história filosófica, lembrar-nos dessa comunidade.

Assumir essa perspectiva radical não equivale, contudo, a um mero resgate arqueológico de uma linhagem filosófica esquecida ou a um gesto de nostalgia intelectual. Significa, antes, reconhecer o axioma fundamental que este percurso histórico-filosófico revela: toda teoria do discurso é, em sua raiz mais profunda, uma teoria da interpretação. A materialidade linguística, as condições de produção, as formações discursivas e a polifonia, todos esses pilares das teorias contemporâneas, são, no fundo, diferentes modos de nomear, circunscrever e operacionalizar o gesto hermenêutico que constitui o real. O futuro produtivo do campo, portanto, depende intrinsecamente de seu reencontro com essa condição originária, libertando-se da autorreferencialidade metodológica para se reafirmar como uma reflexão viva sobre como os seres humanos criam e disputam sentido no mundo.

A desobjetificação do discurso, nessa conjuntura, longe de configurar um retorno ingênuo ao passado, consolida-se como a abertura de um horizonte crítico renovado. Trata-se de um movimento que, ao desatar os nós que prenderam o discurso a um estatuto puramente disciplinar, libera sua potência transdisciplinar para enfrentar os desafios epistemológicos do presente. Seja diante da crise dos meta-relatos, da erosão da verdade factual ou da explosão de linguagens algorítmicas, um discurso redescoberto como força interpretativa oferece as ferramentas para pensar não apenas o que é dito, mas as próprias condições, cada vez mais complexas, do dizer e do interpretar. É assim, reposicionando o campo em sua dimensão filosófica fundadora, que a desobjetificação mostra-se não como um fechamento, mas como o início de uma nova e mais abrangente “conversa” sobre o poder da linguagem.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior *et al.* 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- CHERNISS, H. The Presocratic Tradition. In: _____. **Selected Papers**. Leiden: Brill, 1977. p. 102-134.

- DILTHEY, W. **A construção do mundo histórico nas ciências humanas.** Tradução de Marco Casanova. São Paulo: Unesp, 2000.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- HERÁCLITO. **Fragmentos.** Tradução de José Cavalcante de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- KOCH, I. V. **A Inter-ação pela linguagem.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F. ; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 75-116.
- PLATÃO. F. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA, 1972.
- SCHLEIERMACHER, F. **Hermenêutica:** arte e técnica da interpretação. Tradução de Celso Reni Braida. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SOARES, T. B. **Percorso Linguístico:** conceitos, críticas e apontamentos. Campinas: Pontes Editores, 2018.
- SOARES, T. B. Formação discursiva: uma noção com dois fundadores. In: PESSOA, O. M. (org.). **Leitura, discurso e produção dos sentidos:** múltiplas abordagens. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. p. 37-51.
- SOARES, T. B. **Percorso Discursivo:** heterogeneidades aplicadas. Campinas: Pontes Editores, 2022.
- SOARES, T. B. Os limites da interpretação: uma reflexão sobre os usos da noção de discurso. **Revista Ratio Integratis**, Campanha, v. 3, n. 2, p. 175-184, jul./dez. 2023.
- SOARES, T. B. Um percurso acerca da noção de discurso ou os limites da interpretação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-12, e-7164, jul./dez. 2024a.
- SOARES, T. B. O acontecimento da análise do discurso: 1969, o ano que não terminou. **Cadernos de Pós-Graduação em Letras**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 273-291, maio/ago. 2024b.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

T. B. SOARES. Da Desobjetificação do Discurso: Das Teorias Contemporâneas às Origens Filosóficas da Interpretação. **Rev. FSA**, Teresina, v. 22, n. 12, art. 5, p. 94-106, dez. 2025.

Contribuição dos Autores	T. B. Soares
1) concepção e planejamento.	X
2) análise e interpretação dos dados.	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X